

LÓPEZ VELASCO, Sirio. *Filosofia ecomunitarista aplicada: textos breves 2024-2025, v.3.* Toledo (PR): Instituto Quero Saber, 2025. ISBN: 978-65-5121-134-8. DOI: <<https://doi.org/10.58942/eqs.145>>.

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva¹



Ecomunitarismo e práxis

Ao reunir textos curtos publicados entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro trimestre de 2025, chega, a lume, o terceiro volume de “Filosofia Ecomunitarista Aplicada”. Editado pelo Instituto Quero Saber, casa editorial de Toledo no Paraná, o trabalho fecha, por assim dizer, a trilogia de textos didáticos-pedagógicos que o pensador uruguai, radicado no Brasil, Sirio Lopez Velasco brinda ao seu público acerca das ideias fundamentais do “Ecomunitarismo” tese por ele advogada no contexto geral de sua produção filosófica. Todos redigidos em castelhano, o livro lança mais um olhar perspectivo sobre os temas candentes de

¹ Professor dos cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu*) em Filosofia da UNIOESTE – Campus Toledo com estágio pós-doutoral pela Université Paris 1 – PANTHÉON-SORBONNE (2011/2012). E-mail: cafsilva@uol.com.br

nossa época, assegurando uma unidade não só cronológica em que foram redigidos, mais profundamente crítico-reflexiva. Para que o(a) leitor(a) possa ter um panorama mínimo desse movimento de pensamento, nos dirijamos, então, de imediato, às teses de cada capítulo.

Após à “Introducción”, o autor abre a obra com o texto “Notas sobre Ecomunitarismo, política de tod@s y ceropolaridad a partir de un caso”. Sirio parte da realidade uruguaia, berço de sua identidade, que pautara um plebiscito de iniciativa popular de reforma constitucional que propõe incluir na Constituição do país três pontos: “1) o direito de solicitar aposentadoria aos 60 anos (com 30 anos de trabalho), reduzindo a nova idade atual, que é de 65 anos; 2) o de que nenhum aposentado receberá menos do que o valor correspondente a um salário mínimo (corrigindo a situação atual em que muitos aposentados recebem menos do que esse valor, após uma vida inteira de trabalho); e, 3) Extinção das AFAP (Administradoras de Fundos de Poupança e Pensões, que são empresas privadas) e devolução dos mais de 22 bilhões de dólares que atualmente têm em seu poder a um Fundo administrado pelo Banco (público) da Previdência Social”. Ora, do ponto de vista ecomunitarista, Velasco destaca o fato de que em “um tema-chave como o da Previdência Social, a opinião pública contrasta com a propaganda intensa e terrorista de quase toda a classe política que governou o país ao insistir na ideia de que uma vitória do ‘Sim’ mergulharia a economia uruguaia na catástrofe”. Tal opinião pública expressa justo a autonomia cidadã que o próprio Ecomunitarismo requer no sentido de uma “política para todos, baseada o máximo possível na democracia direta (especialmente para questões importantes, por meio de assembleias, plebiscitos e referendos, hoje amplamente facilitados pela internet)”. Esse, aliás, tem sido um tema-chave imprescindível no contexto da crítica ecomunitarista da democracia liberal a experimentos ditoriais que não só o Uruguai, em especial, fora palco décadas atrás, mas outras nações latino-americanas. Ele visa uma “Política para Todos”. Pois bem: essa “Política” – assevera Sirio – “inclui a aprendizagem e a cooperação mútuos entre os povos e culturas de Abya Yala e do mundo. Nesta última esfera, a da geopolítica, o ecomunitarismo defende a “polaridade zero”, que vai além da “multipolaridade” tão apregoada por certa esquerda que, nos dias atuais, para se opor ao império ianque-OTAN, justifica as ações dos governos da Rússia e/ou da China”. Esse diagnóstico mais amplo de nosso tempo, nos convida a refletir sobre o sentido e alcance da

expressão “zeropolaridade” do filósofo boliviano Rafael Bautista Segales acatado, aliás, pelo Ecomunitarismo ao pensar uma política maior transnacional de rede participativa.

O segundo texto, “Ecomunitarismo y Cortes Supremas de Justicia – Notas por la Democracia y la abolición del Derecho Positivo” ensaia outro movimento reflexivo voltado agora à recente crise político-eleitoral venezuelana. Velasco compara o caráter autônomo do poder judiciário do país de Maduro com outros países da A. Latina. Há um alarde de que o poder jurídico é independente, algo que não se verifica nem na Venezuela, nem mesmo nos EUA e na maioria dos países sul-americanos com exceção da Bolívia cuja Constituição prevê que “as nações e os povos indígenas e camponeses originários exercem funções e poderes jurisdicionais com base em seus costumes, princípios e valores culturais”. Nessa medida, para além de modelos históricos de justiça como, p. ex., o grego, o Ecomunitarismo se aparta ao postular uma comunidade não dividida em classes sociais na qual deve reger um princípio distributivo – formulado por Velasco em seus dois primeiros trabalhos da trilogia – que responda às necessidades de cada pessoa. Em regra, o Ecomunitarismo se projeta mais longe em questões de Justiça. Inicialmente porque “rejeita o igualitarismo burguês, que se baseia numa suposta igualdade perante a lei, e proclama (com Marx e além de Marx) o princípio não igualitário que diz: “de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades, respeitando o equilíbrio ecológico e a interculturalidade”. Em segundo lugar, porque, “além de propor no quadro da Política de Todos a extinção progressiva do Estado e dos Estados e países, postula a abolição do Direito Positivo através da regulação da vida comunitária pelo Quase Raciocínio Causal (que é também o instrumento para a superação da Moral pela Ética)”.

O capítulo terceiro denomina “El Ecomunitarismo y la lucha armada mapuche actual: una breve nota”. Velasco faz recordar de que, em 11 de setembro de 2024 se completaria os 51 anos do sangrento golpe de Estado contra Salvador Allende e um breve Comunicado assinado pelo Movimento Mapuche de Libertação Nacional, LNM, vem à tona. O manifesto se reporta à sabotagem de duas retroescavadeiras que, a serviço de uma grande empresa (protegidas por guardas particulares e forças militares estaduais), estavam destruindo locais sagrados da cultura Mapuche. Essa ação destrutiva da Natureza é tida como parte de uma ofensiva empresarial capitalista de modo que o comunicado proclama a unidade e a luta armada como ferramentas necessárias. Ora, fato é, mostra Velasco, “que nunca nos ocorreu

atacar uma empresa porque ela estava destruindo a Pachamama; isso porque, em primeiro lugar, ao contrário dos Mapuches, não tínhamos essa clareza sobre o fato de que somos filhos da Mãe Terra e, portanto, não considerávamos que elementos naturais (como as colinas, mencionadas no Comunicado) pudessem ser classificados como sagrados”. Em segundo lugar, porque ainda “não tínhamos consciência de que a luta social deveria estar intimamente ligada à ecológica” e, em terceiro lugar, “porque não tínhamos (como os Mapuches) a experiência hereditária de uma comunidade que não apenas une os humanos vivos, mas também abrange todos os seres vivos e não vivos e a memória dos ancestrais”. Agora, muda tudo, ou seja, a nossa consciência de tempos atrás, consciência “branca” que não levava em conta esses aspectos nos cegara a tão ponto que, ecomunitaristicamente falando, não tínhamos olhos para a Mãe Terra; consciência essa emancipatória que os povos originários, p. ex., possuíam. O que o Ecomunitarismo nos ensina é que o capitalismo não assegura uma existência sã para a espécie humana porque fatalmente destrói o que de natural e originariamente se inscreve em toda espécie animal.

O quarto texto “El Ecomunitarismo contra la ‘reelecciónitis’: breves comentários” é mais uma reflexão urgente sobre o atual modelo político voltado à reeleição e que tem se alastrado para além das fronteiras de nossa Latina América, a despeito, inclusive, de forças autodenominadas “progressistas” e “socialistas”. O ponto nevrágico é que tal prática compromete uma vida saudável democraticamente comunitária sob aspectos diversos exigindo, pois, uma leitura ecomunitarista mais crítica e responsiva. O primeiro problema concernente a tal modelo, é que, por meio dele, se insufla o culto a uma personalidade apresentada como única e insubstituível. É o ideal do “salvador da pátria”; figura, diga-se de passagem, bem conhecida. Emerge aí a pitoresca adoração de um ícone político que ora se apresenta de forma mítica (como nas eleições brasileiras de 2018), ora como infalível, divina (como no “lulismo”). Posto isso, não fica imperceptível sobre o quanto, além de fantasioso, se torna bizarro este tipo de construção social. Não é difícil perceber que o personalismo se presta, nesse cenário, a um objeto perfeito como constructo ideológico, idolátrico e, em tal medida, anticomunitário, por definição. Ao mesmo tempo, bem observa Sirio, forma-se “em torno do referido líder um grupo de bajuladores oportunistas (embora também possam existir sinceros) que se tornam uma casta privilegiada na medida em que monopolizam as instâncias de poder e os privilégios (legítimos e dos outros) associados a eles. E assim, a vida

democrática comunitária se altera completamente, tornando-se, na prática, um jogo de aparências dominado por uma pessoa e uma casta”.

O quinto texto “El Ecomunitarismo, la Paz, Nuestramérica y Ucrania” é outra reflexão tão emergente quanto necessária. O sintoma não poderia ser outro: o fenômeno da catástrofe bélica. Ao falar de guerra o horizonte da paz parece estar cada vez mais distante, quer dizer, parece mesmo ser algo utópico na acepção pejorativa do termo, pois, a ideologia imperialista mundo afora e seu respectivo interesse econômico-bélico faz descer por terra qualquer acordo, qualquer gesto real e concreto em defesa da natureza como um todo incluindo nela, é claro, a vida humana planetária. Velasco nos lembra, acima de tudo, que “a maioria dos governos e a “classe/casta política”, inclusive a suposta esquerda, não têm a mínima noção da crescente tensão entre os EUA/OTAN e a Rússia, com base na Ucrânia. Não se antevê o risco real de uma guerra nuclear que acabaria com todos nós”. Ora, partindo da premissa ecomunitarista, deve-se, de imediato, se colocar na “defesa do desarmamento mundial (a começar pelo desarmamento nuclear e pela eliminação de todas as armas de destruição em massa), e a constituição, em vez da atual ONU, da Organização dos Povos Unidos, OPU, na qual a Assembleia Geral dos Povos decide (diretamente através de plebiscitos planetários, e quando for inevitável através de sua representantes na OPU), e não mais, como acontece na ONU, um grupo privilegiado de nações que detém o real poder decisório em um Conselho de Segurança dominado por apenas cinco países que são seus membros permanentes, e que, ‘coincidentemente’, possuem armas nucleares e direito de voto”.

O capítulo sexto “Una derrota con sabor: a esperanza ecomunitarista” retoma a experiência plebiscitária uruguaia ao avaliar que, conforme previsto, “o plebiscito da Previdência Social que foi votado no Uruguai, em 27/10/24, não conseguiu reunir os 50% mais um dos votos necessários para vencer. De todo modo, os quase 39% que obteve (934 mil votos) representam uma esperança para a transformação da sociedade uruguaia rumo ao Ecomunitarismo”. Trata-se, pois, de uma “derrota” que pode ser momentânea já que todo processo é histórico e, sendo assim, não deve ser naturalizado. O que não se pode perder de vista, nesse horizonte, é a possibilidade utópica como gesto de resistência e mudança.

O sétimo texto “Ecomunitarismo, migración y libertad: breves notas introductorias” e o oitavo “Ecomunitarismo y migración (II) - Breve nota autobiográfica” debatem o

fenômeno da migração. O que se foca aí é o problema da migração no contexto da liberdade humana em perspectiva ecomunitarista radicalmente desalinhada com o que no mundo afora se assiste. O que está em jogo é o problema crucial noticiado, há décadas, de relatos de mortos que se amontoam e, não raras vezes, naufragam em embarcações afortunadas transportando africanos desesperados rumo à Europa. Não é, apenas, o velho continente com seu rico império capitalista e colonialista que fecha as portas a sete chaves. Os EUA, sobretudo a partir do primeiro e segundo governo Trump, entre outras gestões, não tem sequer aberto mão de políticas brutais ao deportar milhares de imigrantes sem documentos por ano ampliando, com isso, a base cubana de Guantánamo. Esse fenômeno reincidente fecha os olhos diante de uma verdade desde sempre dada: a de que fixar fronteiras, erguer muros, etc., depõe contra a própria história uma vez que todos somos filhos de imigrantes; imigrantes fugitivos de guerras, tragédias. A falta de um senso humanitário só aprofunda o problema, ao invés de resolvê-lo.

Já o nono capítulo – “*¿Cómo crear hoy un movimiento ecomunitarista para intentar superar el capitalismo? Ideas básicas a partir de algunas experiencias*” –, ensaia breves alusões às experiências dos povos indígenas da América, às experiências de lutas populares centenárias em nossas latitudes e às ideias de Che Guevara e Raúl Sendic Antonaccio, Sirio reconstitui alguns conceitos formulados por Maquiavel, Marx, Lenin, Gramsci e Gandhi. Em suas palavras, “o Bloco necessário para tentar hoje e amanhã superar o capitalismo em Nossa América, vai muito além da classe trabalhadora devendo, pois, incorporar também, ao menos parte, os povos originários, os movimentos camponeses, as verdadeiras cooperativas, os sindicatos, os movimentos negro e feminista, o movimento estudantil, os comunicadores e setores das classes médias, que constatam que o capitalismo, com seu individualismo egoísta de indivíduos isolados que competem entre si, continua trazendo infelicidade à Humanidade”. Sem esse diagnóstico não há saída possível. Ele corresponde a um primeiro passo imprescindível em todo processo libertador, de transformação social, humana.

O décimo texto “Ecomunitarismo y paz en Ucrania: ¿Trump puede ser asesinado?”, retoma o tema da guerra e a possível pacificação da Ucrânia ao problematizar em que medida o “segundo” Trump pode entrar numa ruína não só político-econômica, mas pessoal, sem precedentes. O que Velasco discute é precisamente o atentado a Trump, durante a sua corrida eleitoral em 2024 que o Serviço de Inteligência estadunidense tratou de abafar o caso como

oriundo de um temperamento tresloucado do jovem atirador. Também, a propósito, deve-se lembrar de outros tantos atentados, como, p. ex., de Kennedy ou de João Paulo II, imputados ao serviço secreto russo de terrorismo. Pois bem: Sirio recorda alguns eventos que pautaram, por parte do complexo militar industrial bélico, uma agenda nada desprezível. Fato é que, “em 1961, o General-Presidente dos Estados Unidos Dwight D. Eisenhower disse que o complexo militar-industrial americano era a mão invisível do poder em seu país. Desde o assassinato do presidente John F. Kennedy, em 1963, corre o boato de que o motivo desse crime foi a insatisfação daquele complexo com a recusa de Kennedy em invadir completamente a novíssima Cuba revolucionária (já que logo após assumir a presidência, ele se limitou a apoiar a incursão contra Cuba realizada por uma brigada de mercenários de 1.200 homens em Playa Girón, em abril de 1961, que foi derrotada em 72 horas). O que esse poder oculto esperaria de Kennedy era uma invasão como, p. ex., a que os EUA realizariam pouco depois em Santo Domingo, em 1965, em Granada, em 1983, e depois no Panamá, em 1989 (com o sequestro pelos EUA do então presidente do Panamá e ex-agente da CIA, general Manuel Noriega)”. Ora é à luz desses precedentes que se pode supor o assassinato de Trump. Tudo se passa como se os agentes do capital, como seus próprios gestores, pudessem, a qualquer momento, também se tornar presas, vítimas desse “complexo” militar. Daí resulta a questão posta por Velasco seguida de uma resposta: “Como Trump poderia evitar esse perigo? Compensando esse complexo devido às perdas multimilionárias que acarretaria o fim da guerra na Ucrânia bem como o corte nos gastos com defesa”.

O décimo primeiro texto volta-se à questão do “Ecomunitarismo y geopolítica actual desde Nuestramérica - Brevísimas notas”. Sirio põe, de saída, uma delicada questão: “O espetáculo de Trump repreendendo e intimidando Zelensky em 28 de fevereiro de 2025, nas telas de TV do mundo todo, confirmou que uma nova geopolítica global está tomando forma atualmente”. Ora, pois, “Trump aplica seu MAGA (Make America Great Again, ou seja, “tornar a América Grande Novamente”) tanto com prepotência imperial renovada quanto com uma mudança na política em relação à Rússia. Trump está ciente de que a Rússia, sufocada até as suas fronteiras por uma OTAN que engoliu sucessivamente todos os antigos países socialistas que atuavam como um colchão protetor para a URSS, disse ‘basta’ a esse expansionismo ao invadir a Ucrânia em fevereiro de 2022, quando Zelensky ousou se juntar à Aliança do Atlântico Norte, primeiro antissoviética e depois antirussa e antichinesa,

comandada desde sua fundação pelos Estados Unidos”. Resumo da ópera: vai sobrar para a América Latina! Para isso, o olhar ecomunitarista deve se manter vigilante, já que “no concerto do mundo atual nossa América deve falar com sua própria voz plurinacional, unida, soberana e solidária. Este é o caminho que lhe foi indicado, entre outros, por Artigas, Bolívar, Martí, Che e Raúl Sendic Antonaccio”.

O décimo segundo capítulo nomeia-se “Raúl Sendic: cien años de revolución”. É trazida aqui, a viva memória, um tributo a Raúl Sendic Antonaccio, líder principal de o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, do Uruguai). É, de fato, uma referência para todos aqueles – especialmente em Nossa América – que lutam por uma ordem comunitário-ambiental superadora dos impasses do capitalismo. Fato é que, em 16 de março de 2025, se celebra o centenário ano do nascimento de Sendic, ocasião mais que oportuna para se medir o sentido e o alcance de seu legado.

O décimo terceiro capítulo intitula-se “Principios de educación ambiental ecomunitarista”. Velasco retoma aí a definição ético-pedagógica do Ecomunitarismo como “uma ordem comunitário-ambiental pós-capitalista utópica”. A principal lição a ser posta como práxis é a de que, nessa nova ordem, “os seres humanos se reconciliam entre si (nas relações intra e interculturais) para permitir e incentivar a desenvolvimento multifacetado de cada pessoa como indivíduo comunitário universal-cósmico, e se reconcilia com o resto da natureza (assumindo-a como Pachamama, Mãe Terra), em relação à qual mantém (como exige a terceira norma fundamental da Ética) uma atitude permanente de amor, respeito, preservação e regeneração”. Sob esse prisma, o Ecomunitarismo é composto pelas seguintes dimensões: a) uma educação ambiental ecomunitária difundida socialmente (tanto na educação formal quanto na não formal), b) uma economia ecológica sem patrões, c) uma Política de Todos (baseada preferencialmente nos mecanismos da democracia direta), d) uma comunicação horizontal e simétrica (que coloca os atuais monopólios ou oligopólios midiáticos nas mãos das comunidades), e, e) uma estética da liberação, que incentiva todos a praticar as artes e educar todos para o seu desfrute”.

Por último, com o décimo quarto texto, “Ecomunitarismo y nuevo modo de vida en Nuestramérica – Ideas básicas”, o autor, uma vez mais, aponta para o caráter “revolucionário” que a sua proposta encerra, qual seja, o de que “para tornar possível o Bom viver para todos, é essencial que os meios de produção e distribuição que atualmente estão nas mãos dos grandes

capitalistas nacionais e/ou internacionais (multinacionais, latifundiários, empresários, mineradores, banqueiros, grandes exportadores-importadores) passem às mãos das comunidades organizadas (desde as locais até as nacionais e inclusive as continentais e globais)". Trata-se, aí, de um "Novo Modo de Vida". Esse é o sentido pleno do Ecomunitarismo como o único horizonte possível capaz de superar o modo de produção capitalista, em todas as suas instâncias.

Como uma leitura mais atenta pode facilmente constatar, o volume se compõe, ao estilo dos anteriores, toda uma estrutura de textos breves, mas densos do ponto de vista crítico-reflexivo. Com o caráter "aplicado" do qual se serve a trilogia, Velasco visa, acima de tudo, todo um movimento de práxis que a teoria encerra. Sob esse ângulo, a teoria é indissociável de uma prática como horizonte último. É nesse sentido que a imagem da capa por si só é eloquente. A interpretação que ela pede é a de uma mão esquerda humana acenando à Humanidade o horizonte infinito e luminoso do Ecocomunitarismo.